

## O ESPORTE COMO ELEMENTO PARA SE PENSAR O BRASIL, SUA FORMAÇÃO E SUA CONTEMPORANEIDADE

Cristiano Mezzaroba<sup>1</sup>

---

### RESUMO

Neste ensaio procura-se pensar o esporte como elemento cultural brasileiro e seu papel na sociedade, principalmente quando associado às movimentações político-sociais. Considerado um importante objeto social da contemporaneidade, o esporte, em especial, o futebol, a partir de seus aspectos históricos, sociológicos e antropológicos permite-nos analisar nuances que caracterizam a complexa sociedade brasileira. Assim, no texto, refletimos sobre as relações entre esporte e política, trazendo ao debate algumas análises quanto às manifestações populares ocorridas em algumas capitais brasileiras em 2013, durante a Copa das Confederações, evento-teste da FIFA para a Copa do Mundo de 2014. No exercício reflexivo realizado, constatam-se ambivalências quanto ao esporte como constituinte da formação de uma “sociedade” ou “nação” brasileira, a partir de elaborações bastante conhecidas, em torno do brasileiro cordial, da dialética da malandragem, do jeitinho brasileiro, da dialética da marginalidade e do futebol como “veneno remédio”.

**Palavras-chave:** Esporte. Brasil. Cultura. Política. Sociedade.

---

---

1 Doutorando em Educação. Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão/Sergipe, Brasil.  
E-mail: [cristiano\\_mezzaroba@yahoo.com.br](mailto:cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br)



---

## SPORT AS AN ELEMENT TO THINK ABOUT BRAZIL, ITS FORMATION AND ITS CONTEMPORANEITY

### ABSTRACT

This essay aims at analyzing sport as a Brazilian cultural element and its role in society, mainly when associated with social and political movements. Considered an important social object of contemporaneity, sport – especially football, from its historical, sociological and anthropological aspects allows the analysis of nuances that characterize the complex Brazilian society. Thus, in this text, the relationship between sport and politics is reflected, bringing up the debate of some analysis regarding the popular demonstrations which occurred in some Brazilian capital cities in 2013 during the Confederations Cup, FIFA's test event for the 2014 World Cup. In the reflective exercise that was conducted, some ambivalences related to the sport as a constituent of the formation of a Brazilian "society" or "nation" are found based on well-known elaborations surrounding the Brazilian cordiality, the *malandragem* (attitude) dialectics, the Brazilian way, the dialectics of marginality, and football as a "poison pill".

**Keywords:** Sports. Brazil. Culture. Politics. Society.

## EL DEPORTE COMO ELEMENTO PARA PENSAR BRASIL, SU FORMACIÓN Y SU CONTEMPORANEIDAD

### RESUMEN

En este ensayo se intenta pensar en el deporte como elemento cultural brasileño y su papel en la sociedad, especialmente cuando se asocia con los movimientos políticos y sociales. Considerado un importante objeto social de la contemporaneidad, el deporte, especialmente el fútbol, desde sus aspectos históricos, sociológicos y antropológicos, nos permite analizar matices que caracterizan a la compleja sociedad brasileña. Así, en el texto, reflexionamos sobre las relaciones entre deporte y política, aportando al debate algunos análisis en cuanto a las manifestaciones populares ocurridas en algunas capitales brasileñas en 2013, durante la Copa de las Confederaciones, evento de test de la FIFA para la Copa del Mundo de 2014. En el ejercicio reflexivo realizado, se constatan ambivalencias en relación al deporte como parte integrante de la formación de una "sociedad" o "nación" brasileña, a partir de elaboraciones muy conocidas, alrededor del brasileño cordial, de la dialéctica de la astucia, del "jeitinho brasileiro", de la dialéctica de la marginalidad y del fútbol como un "veneno remedio".

**Palabras clave:** Deporte. Brasil. Cultura. Política. Sociedad.

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*O desenvolvimento do futebol, não num esporte como os outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou possível a sublimação de vários daqueles elementos irracionais de nossa formação social e de cultura.*

(Gilberto Freyre)

Pensar o Brasil não é tarefa das mais fáceis, ainda mais quando levamos em conta a complexidade espacial, cultural, étnica e política de nosso país, o que demanda interpretações que ultrapassem elementos do senso comum. Este, por sua vez, reforça traços que tanto criticamos, seja em relação ao nosso modo de viver em sociedade – subvertendo normas, leis, enfim, naquilo que se denomina de jeitinho brasileiro – seja em relação a pensar que não somos parte de um todo, afinal, o problema ou a geração deste problema sempre está no “outro”: no governo, nos políticos, na grande empresa midiática que detém o monopólio do poder simbólico que circula nacionalmente, no vizinho, no chefe etc.

Também no senso comum, motivo de piadas, inclusive, banalizou-se a ideia de colonização: quando alguém quer explicitar um problema, a culpa logo é endereçada à “Terrinha”, forma de remeter toda origem do que somos como país àquele que nos colonizou, em especial, Portugal, responsável pela “descoberta” das *terras brasilis* do outro lado do Atlântico há mais de 500 anos, obra de um “mero acaso”, culpa dos ventos.

O intento, neste ensaio, será abordar a formação do Brasil e sua contemporaneidade tendo como eixo de análise ou de observação (ou mesmo mera especulação), o esporte como objeto social. A pergunta que se coloca, considerando-se aspectos históricos, sociológicos e antropológicos, é: em que medida é possível pensar o lugar na cultura que o esporte ocupa, em especial o futebol, considerando sua ressonância social no Brasil?

Seria possível pensar o país pelo esporte, ou mais limitado, pelo futebol? Logicamente que desde sua formação, o esporte como conhecemos e o abordamos nem existia em épocas de “Descobrimto” do Brasil, mas se refletirmos sobre a contemporaneidade desse país chamado Brasil, sua formação social, cultural, política e econômica, ou aquilo que poderíamos reduzir à sua “identidade”, há relações possíveis de serem feitas correlacionando com o esporte? Há uma “brasilidade”, um *homo brasilis* (BERTOLLI FILHO; TALAMONI, 2015) comum ao campo sociocultural e também ao campo esportivo? Da mesma forma, há um “estilo brasileiro” de se jogar futebol (o futebol virtuoso, esperto, do drible – o “futebol arte”) ou de se praticar esportes (como alguns costumam dizer, por exemplo, quanto à “escola brasileira de voleibol”, um misto de velocidade e força)?

Por exemplo, se focarmos nas representações do brasileiro a partir da Copa/2014, sejam elas estereotipadas ou não, advindas do estrangeiro para nós, ou sobre nós mesmos, conforme Bertolli Filho e Talamoni (2015, p. 132), uma das argumentações que teríamos seria a de que:

Entre algumas dessas explicações, surgiram novas e não tão novas interpretações do “ser brasileiro”, as quais apontavam mais uma vez para algumas ideias consagradas em torno da falta de planejamento do país para receber o evento, da falta de organização da comissão técnica e da CBF (Confederação Brasileira de Futebol, responsável pela administração do selecionado brasileiro), do despreparo psicológico do jogador canarinho diante dos momentos decisivos, da emotividade e da maledolência nacionais contrapostos à frieza e à disciplina alemãs, do “jeitinho” e do futebol-arte nacionais que teriam sido superados pela ordem coletiva europeia etc.

No campo acadêmico, é perceptível o interesse cada vez maior dado ao esporte como objeto social (pensando na disposição hierárquica<sup>2</sup> dos objetos sociais, conforme BOURDIEU, 1998), no caso brasileiro, como não poderia deixar de ser, a ênfase costuma recair no futebol, mas não podemos pensá-lo como algo exclusivo, singular (até porque em países como Argentina, Uruguai, Turquia e possivelmente na Alemanha, Holanda e também Itália o futebol é tão importante quanto no Brasil). Há outras modalidades que regionalmente têm seu poder de atenção, de visibilidade, de prática pela população – assim como ocorre em outros países (por exemplo: o futebol americano e o basquete nos EUA; o vôlei na Polônia; as provas de fundo em países africanos; o rúgbi na Austrália, Nova Zelândia e África do Sul; o futebol nos países acima citados etc.). Ao comentar especificamente sobre o futebol, Hollanda (2014, p. 24) traça o seguinte panorama – apresentando um dossiê acadêmico intitulado “Futebol, Ciência e Cultura”:

Um levantamento da produção bibliográfica sobre futebol, no Brasil e fora dele, corrobora o interesse de revistas acadêmicas em tratar do tema durante a voga desses anos especiais [de Copa do Mundo]. Trata-se de compreender e explicar, para não dizer de decifrar, o que torna tão atraente tal modalidade esportiva. O desafio compreensivo e explicativo mobiliza os mais diferentes ângulos de análise – culturais, políticos, sociais, econômicos e até psicológicos – a fim de dar conta da latitude e da longitude do fenômeno.

Nessa mesma tentativa de compreender um pouco mais possíveis relações entre este objeto social, o esporte, e sua representação/função quanto à uma identidade nacional brasileira é que nos arriscaremos aqui, por exemplo, nas relações entre esporte *versus* política, pensando as manifestações populares ocorridas nas grandes capitais brasileiras em 2013, ano anterior à Copa do Mundo/2014, com o evento-teste da FIFA, a Copa das

- 
- 2 Bourdieu (1998, p.35) sustenta que, em relação às disposições hierárquicas entre os objetos sociais, “A definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso.” De algo considerado irrelevante, menos importante do ponto de vista social, cultural e até econômico, o esporte – como um dos elementos da modernidade – vem sendo tratado academicamente como algo que permite uma “conversão de olhar” para a própria humanidade, seu *modus operandi*, o homem, seu *ethos*, seus comportamentos e suas ações.
  - 3 Mascarenhas (2015, p. 15), por exemplo, considera que é visível essa associação entre os grandes eventos esportivos da atualidade [...] implicando a articulação de complexo concerto logístico e ampla coalizão política.”

Confederações. Houve alguma cisão com a ideia de mero conformismo relacionado ao evento futebolístico? Em geral, a população brasileira visualizou haver uma política de Estado<sup>4</sup> que bancou o megaevento esportivo, disponibilizando dinheiro público a uma grande instituição particular, a FIFA, em detrimento dos investimentos públicos em educação, saúde, mobilidade urbana, a próprio esporte, por exemplo?

Obviamente que não podemos pensar a relação causa-efeito a partir de um único elemento, algo unicausal. Pensar os acontecimentos recentes em território brasileiro, como os de 2013/2014, com as Manifestações e os eventos esportivos, merece um olhar mais amplo e que considere múltiplas dimensões de análise. Campos (2014) expõe que por ser um “mega”evento e possuir sua grandiosidade, principalmente midiática, é que tais eventos esportivos podem permitir uma “suspensão temporária” a partir do esporte para outros campos, neste caso, do esporte para o campo político, social, cultural, econômico, simbólico, movimentando pessoas e recursos. Ainda para este autor, na oposição entre aqueles que estão inseridos no evento e os que estão excluídos é que poderíamos pensar, sob a ótica desses últimos, nas manifestações ocorridas em 2013, principalmente. “Ser excluído” do evento, neste caso, é considerar aqueles que foram renegados pelo Estado, quanto à sua participação mínima em relação à cidadania, aos seus direitos básicos de moradia, de mobilidade, de acesso a uma educação pública de qualidade e a serviços públicos de saúde eficientes – para citar as pautas mais comuns que foram colocadas naquele momento.

Entretanto, uma possível interpretação dos atos ocorridos ganhou intensa repercussão midiática muito em função de uma jornalista de um veículo on-line de notícias ter sido atingida no olho por uma bala de borracha advinda de forças policiais quando fazia a cobertura de uma manifestação em São Paulo, ato este que reivindicava uma diminuição do valor das passagens de ônibus da capital paulista. Seria simplificador (ou até exagero) demais pensar que as Manifestações/2013 foram iniciadas por causa do inconformismo de uma grande massa da população brasileira contra o megaevento esportivo. Mas houve, aí, um acontecimento que na recente história brasileira não pode ser ignorado ou deixado de lado: a ocorrência desse “estopim” para uma “consciência coletiva”, na junção entre o megaevento esportivo com as questões políticas, sociais, econômicas e culturais. Talvez esses movimentos populares diante dos megaeventos e de um certo não-conformismo – sem qualquer análise valorativa ou ideológica desses movimentos – pode ter dado início a essa fase de crítica da população brasileira a certas formas de fazer político tido como “populista” utilizando-se da esfera esportiva para tal. Ainda segundo Ribeiro (2014, p. 30): “As manifestações de rua, contrárias à falta de transparência nas planilhas do transporte coletivo e nos gastos com a Copa de 2014 e com os Jogos Olímpicos de 2016 passaram a se constituir no aspecto visível da debilidade crônica do poder infraestrutural do Estado brasileiro.”

---

4 A produção deste texto refere-se a um determinado momento, ou seja, início de 2015, quando as movimentações político-sociais (e poderíamos dizer, também, jurídicas e midiáticas) ainda não se mostravam fortes e intensas com o ocorrido ao longo de 2015 e primeiro semestre de 2016, ou seja, o “processo de impeachment” da então Presidente do Brasil, Dilma Roussef.

Assim, amparando-nos em Chauí (2014), no dualismo entre conformismo *versus* resistência, cuja análise é a relação entre cultura e política, observando que ao cidadão brasileiro sempre se travestiu a ideia de povo conformista, pacato, subordinado cultural e economicamente, o que vimos, recentemente, com as Manifestações/2013 foi um não-conformismo, uma resistência, mesmo que suspensa no tempo por algum período, justamente em época de megaeventos esportivos, em que o brasileiro, visto como mero espectador, torcedor vibrante e “alienado”, tornou-se um “participante do jogo”, desta vez, do “jogo político”: conformismo e resistência, logo, ocorrem juntos, paralelamente. Num primeiro momento, porque pesquisas indicavam a felicidade e a aprovação dos brasileiros pelo país ter conseguido trazer os megaeventos para cá, portanto, um “conformismo”; num segundo momento, quando da aproximação com a Copa das Confederações/2013 que seria a prévia e uma simulação para o evento do ano seguinte, a Copa do Mundo/2014, uma “resistência”, com o que se visualizava em relação às promessas não cumpridas, atrasos nas obras, superfaturamento nos gastos públicos, desapropriações de casas/terras etc.

Nos termos de Chauí, trata-se de um “conformar-se para resistir”, de alguma forma, além da coexistência desses dois polos nem sempre ocorrer de maneira pacífica. Não podemos negar, considerando-se tal cenário, que as pessoas de fato gostaram que o Brasil sediasse a Copa, embora posicionar-se contra o desperdício de recursos e a falta de condições boas de vida seja uma outra coisa. Chauí (2014) faz esse “movimento” em suas análises, procurando analisar em que proporção conformismo e resistência ocorrem conjuntamente em nosso país, fazendo uma leitura sobre o Brasil e se colocando como uma chave interessante para pensar seu contexto. Para tal autora, embora devemos destacar que ela não se ocupa do Mundial ou do esporte ou mesmo do futebol em particular, podemos pensar o brasileiro como alguém “[...] capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar.” (Idem, p. 104)

Neste texto de caráter exploratório, especulativo e de “experimentações” conceituais e de abordagens (históricas/culturais/sociais), procurar-se-á tratar das características históricas da formação do Brasil contemporâneo (trazendo para o debate autores clássicos como Sérgio Buarque de Holanda e a questão do Iberismo; Antônio Candido e a questão da “dialética da malandragem”; Roberto Damatta e Livia Barbosa articulando sobre a identidade brasileira; e também João Cesar Castro e a questão da “dialética da marginalidade”). O texto seguirá, na sequência, abordando sobre o “espírito do tempo”, neste caso, sobre a simultaneidade global e nessa discussão, o esporte na modernidade, tratando deste objeto social no Brasil, dialogando com José Miguel Wisnik e a ambiguidade do futebol, ou seja, “veneno remédio” e tratando também do espetáculo esportivo e sua prática num cenário pautado pela indústria cultural.

### **Antes do esporte como elemento central, algumas considerações sobre as características da formação do Brasil contemporâneo**

Há um conjunto de obras interpretativas sobre a formação do Brasil que se tornaram clássicas e se configuram como “grandes narrativas” na busca de uma explicação

para entender nosso país, ou, melhor dizendo, para compreender seu momento presente, há uma busca de explicações históricas e sociológicas. Há, mesmo nas grandes narrativas, algo aglutinador cujo eixo central permite mobilizar interpretações que podem ser decompostas e, assim, situar microcosmos dessa “constelação” que é a grande narrativa.

No bojo dessas obras, Sérgio Buarque de Holanda (2014) com “Raízes do Brasil” e Gilberto Freyre (2006) com seu clássico “Casa-grande & Senzala”, são dois autores que procuraram tratar da origem e constituição de uma configuração nacional, de se pensar que país é este nosso Brasil.

O argumento de Holanda (2014), reporta-se às origens ibéricas do Brasil, uma terra vista/concebida pelos seus “descobridores” como o paraíso, o Éden (é uma ideia do Brasil como um “paraíso perdido”, anti-histórica e mitológica, conforme HOLANDA, 1992). Sua explicação recai ao fato da Península Ibérica ser um lugar de passagem, um lugar de passagem para o “novo mundo”. O atraso civilizacional desse “novo mundo” se deve à forma como foi colonizado – fomos colonizados por aventureiros –, e o atraso modernizador ocorreu em função do próprio atraso de Portugal em relação à modernidade. Um tipo de colonização ao modo português: extrativista e explorador, ou seja, uma “falta de interesse” e de sistematização não planejada, o que viria a se somar, depois, aos discursos de uma plasticidade social na constituição do povo brasileiro, isto é, o negro, o branco e o índio como grande característica da miscigenação que nos caracteriza, o que justificaria, depois, representações relacionadas à preguiça, à indulgência, à malandragem, à cordialidade, à desorganização, à bagunça etc.

Procurando operar com o presente, trabalhando com diferenciação e não com antagonismos, Holanda (2014) traça uma descrição do “espírito” desse tempo, compreendendo que as coisas, neste caso, “ocorreram do jeito que dava para acontecer”. A sua perspectiva, portanto, é a de entender o fracasso do Brasil, ou, em outras palavras, por que não deu certo esse “novo mundo”. Em síntese, chega à conclusão de que pode ter sido por falta de uma “linha reta” (um planejamento e uma sistematização maior); de que somos muito religiosos, embora não sejamos devotos; e o fato de usar a pá ao invés do arado ajuda a explicar nosso parco desenvolvimento em comparação com outras nações.

Pautado nos tipos ideais de Weber, Holanda (2014) nos apresenta o homem cordial, uma forma de pensarmos, na associação com o contemporâneo, com o malandro e deste com o jeitinho brasileiro, traços comuns de como os outros nos veem. O termo “cordial” se refere a um disfarce, como se fosse uma máscara social, o que garante ao indivíduo uma supremacia diante do social, e contém, em seu significado algo perverso: alguém que age pelo verso, pelo outro lado, tornando privado o que é público. Isso se configura a partir de várias características: quando há aparente intimidade, tratando alguém pelo nome; tratar no diminutivo, como forma de demonstrar afetuosidade e com isso proximidade; polidez não sendo admitida como forma do nosso convívio social, e sim a espontaneidade, a intimidade, o improviso. Veremos, em síntese, como isso, depois, transforma-se naquilo que Cândido (1970) cunhou como “dialética da malandragem” e que, nessa mesma esteira, DaMatta (1997) vai trabalhar, a partir do “jeitinho brasileiro” – e que, também agora, podemos pensar em uma nova dialética, chamada de “dialética da marginalidade”, conforme Rocha (2004).

Cândido (1970) foi um dos primeiros autores a tratar a literatura brasileira como fonte sociológica (analisando o livro “Memórias de um Sargento de Milícias”, de Manuel Antônio de Almeida) e precursor do termo dialética da malandragem. Sua observação recai no romance picaresco, da literatura espanhola, em que o pícaro se apresenta como um tipo inferior de servo, de ajudante, em que seu atributo é adquirido por forças das circunstâncias. Conforme Cândido (1970, p.3), “O malandro espanhol termina sempre, ou numa resignada mediocridade, aceita como abrigo depois de tanta agitação, ou mais miserável do que nunca, no universo do desengano e da desilusão, que marca fortemente a literatura espanhola do Século de Ouro.”

Na relação com o romance picaresco, Cândido (1970) traz à tona a comparação com o romance malandro, com “Macunaíma”, de Mário de Andrade: “O malandro, como o pícaro, é espécie de um gênero mais amplo de aventureiro astucioso, comum a todos folclores.” (Idem, p. 4). Dois traços são característicos desse “malandro”; a tolice (que lhe é salvadora) e a esperteza (que está vinculada ao desastre).

Apresenta-se, assim, um arquétipo do “brasileiro” (CÂNDIDO, 1970, p. 10), cujas principais identificações são:

- a relação entre ordem e desordem (hemisfério positivo da ordem *versus* hemisfério negativo da desordem – a dualidade entre bem *versus* mal);
- desordem por todos os lados;
- relações humanas tomadas em seu conjunto.

Nesse “balanceio” ou “dialética” ou “jogo dialético da ordem e da desordem”, Cândido (1970, p. 14) entende que, no caso da construção dessa imagem do brasileiro – desse “tipo” – ordem e desordem “se articulam portanto solidamente; o mundo hierarquizado na aparência se revela essencialmente subvertido [...] Ordem dificilmente imposta e mantida cercada de todos os lados por uma desordem vivaz”. Há, assim, uma sugestão de uma certa generalidade, o que há de mais universal nas culturas. Nesse caso, a universalidade de pontos que convergem a um “tipo brasileiro puro”. Se um dos grandes esforços das sociedades é estabelecer existência objetiva e o valor real de pares antitéticos, como lícito x ilícito, verdadeiro x falso, moral x imoral, justo x injusto, esquerda x direita, e considerando que essas oposições não são estanques e sim reversíveis, indo de um extremo ao outro, e que “Quanto mais rígida a sociedade, mais definido cada termo e mais apertada a opção” (CÂNDIDO, 1970, p. 16), ao pensar o Brasil, Cândido (1970, p. 18) sustenta que:

No Brasil, nunca os grupos ou os indivíduos encontraram efetivamente tais formas; nunca tiveram a obsessão da ordem senão como princípio abstrato, nem da liberdade senão como capricho. As formas espontâneas da sociabilidade atuaram com maior desafogo e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência.

Feitas tais análises em relação ao homem cordial e à dialética da malandragem, inferimos, neste momento, as aproximações destas com o propalado jeitinho brasileiro, expressão utilizada e trabalhada por DaMatta (1997), já que, na base do malandro, está

o homem cordial – o malandro como uma herança daquela época do homem cordial. Lembremos, pois, que o malandro, do gênero masculino, é um herdeiro de uma tradição pícaro (um sujeito ardiloso, astuto, velhaco, patife, vigarista, esperto, sagaz). O malandro é alguém que precisa ser astucioso, para andar pelo menos um degrau abaixo da legalidade ou do estatuto jurídico, sendo, portanto, parte do sistema. A condição de indivíduo não cabe ao malandro, ele é parte dessa regra, mas é parte transitória deste estabelecido. Assim, há uma empatia entre o homem cordial e o malandro.

Entendendo o Brasil como uma sociedade complexa, DaMatta (1997) põe-se para contribuir paralelamente com outros estudos, “no sentido de interpretar, numa perspectiva qualitativa, intuitiva, comparativa e por meio do estudo das dramatizações, uma sociedade complexa como é o Brasil.” (Idem, p.41).

Sendo uma país altamente e violentamente hierarquizado, o jeitinho brasileiro passa a se constituir num modo peculiar de lidar e de transitar com essa hierarquização da sociedade brasileira, já que o malandro só pode existir e se perpetuar numa sociedade altamente hierarquizada. A figura do malandro – que coloca em ação seu jeitinho, com a malandragem – permite-nos pensar que há um “balanço”: entendê-lo como categoria que possibilita entender nossa própria sociedade. É nesse sentido que DaMatta (1997, p.15) procura “[...] saber o que faz o Brasil, Brasil”, discutindo “[...]os caminhos que tornam a sociedade brasileira diferente e única, muito embora esteja, como outros sistemas, igualmente submetida a certos fatores sociais, políticos e econômicos comuns.”

Mas como poderíamos entender o famoso jeitinho brasileiro? Na tentativa de definir o que é o jeitinho, Barbosa (1992, p. 33) escreve:

[...] grosso modo, o *jeitinho* é sempre uma forma “especial” de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida; ou uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob a forma de conciliação, esperteza ou habilidade. Portanto, para que uma determinada situação seja considerada *jeito* necessita-se de um acontecimento imprevisto e adverso aos objetivos do indivíduo. Para resolvê-la, é necessário uma maneira especial, isto é, eficiente e rápida para tratar do “problema”. Não serve qualquer estratégia. A que for adotada tem que produzir os resultados desejados a curtíssimo prazo.

Lívia Barbosa, com o livro intitulado “O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros” (1992), procurou investigar e ao mesmo tempo transformar seu cotidiano em “exótico” (algo estranho ou não familiar), estudando a sua própria sociedade, ou seja, a sociedade brasileira. Nada melhor, para isso, de uma reflexão sobre o nosso sistema, a qual recai sobre aquilo que é tratado no âmbito brasileiro como uma “instituição”, neste caso, o próprio jeitinho brasileiro, sendo que este exprime uma enorme dificuldade em lidar com leis universais, o que explica o *modos operandi* do brasileiro de atuar por exceções, fugindo dos modos normativos das situações. Pensado na sua totalidade, o jeitinho pode ser entendido como algo vergonhoso, próximo do favor e da corrupção, e também visto como algo positivo, prova de nossa malandra engenhosidade social e política, como elemento constitutivo de nossa identidade.

Conforme Barbosa (1992), ao retomar explicações históricas, sociológicas e culturais às origens do jeitinho, algumas importantes recorrências são encontradas, como por exemplo:

- Quase todos tentam estabelecer ligações entre o jeitinho e aspectos históricos gerais e mal definidos do tipo: educação generalizante dos jesuítas, dogmatismo caótico, cultura humanística, tradição de corrupção da corte portuguesa, formalismo etc.
- Perspectiva francamente evolucionista – o jeitinho é sempre interpretado como um sintoma, um indicador, uma sobrevivência de estágios de subdesenvolvimento econômico e social que os eventos da modernidade e do progresso tratarão de dissipar.
- Ênfase dos aspectos morfológicos e funcionais do jeito, sem referência ao seu significado no nível das representações (permite encarar essa nossa instituição paralegal como, exclusivamente, mecanismo de ajuste, de adaptação às situações perversas da sociedade brasileira, implicando custos e benefícios para todos).
- A questão do jeitinho como instituição tipicamente brasileira, arriscando prognóstico sobre sua permanência ou não no interior da nossa sociedade.

Para finalizarmos essas considerações sobre as características da formação do Brasil contemporâneo, trazemos ao debate aquilo que Rocha (2004) chama de “dialética da marginalidade”, uma nova forma de olharmos para o Brasil em seu momento presente. Segundo Rocha (2004), há uma “transição” da malandragem para a marginalidade, tendo em vista a exposição da violência no contexto brasileiro, perceptível àqueles que aqui vivem, sendo também uma imagem dupla dos brasileiros (uma positividade que vê aqui como o paraíso, o povo cordial; uma negatividade que recai ao Brasil como um lugar em que os padrões de vida se tornaram insuportáveis). Essa imagem dupla se caracteriza como uma tradição nos ensaios escritos sobre a formação da sociedade brasileira. E essa ambiência, portanto, na relação que se estabelece neste artigo, é verificada na questão do conformismo e resistência (CHAUÍ, 2004), bem como nas questões anunciadas na introdução deste texto, quanto ao esporte e aos megaeventos esportivos e no que essa ambivalência resultou desta vez, relacionado à convulsão política-social do Brasil em período pré-Copa do Mundo (e que passado o megaevento futebolístico, mostra-se como algo que se intensificou, ampliando-se e deixando as justificativas esportivas/futebolistas completamente de lado, ou seja, a dimensão política assumiu o protagonismo).

Focando esse outro olhar ao Brasil, Rocha (2004, p.28) escreve que procura “[...] desenvolver um novo modelo para a análise da cultura brasileira contemporânea. Um modelo que busca abarcar ambas as abordagens. Isso não significa, no entanto, que eu esteja procurando reconciliá-las, mas que, em vez disso, desejo explorar ao máximo suas diferenças.” Assim, o referido autor opera pensando a formação de uma identidade brasileira que é fundamentalmente incompleta, ao mesmo tempo em que valoriza a formação brasileira como a emergência de um caminho único para a negociação das diferenças (a habilidade dos brasileiros em evitar conflitos abertos através da criação de mediações).

O que subjaz essa dialética da marginalidade é a visão de baixo para cima, diferentemente da dialética da malandragem, em que é a hierarquização da sociedade que força o indivíduo a utilizar seu papel/lugar social sobre o outro, operando com o olhar de cima para baixo.

Importante lembrar que, neste caso, o termo marginal não tem conotação pejorativa, e sim a forma de pensar “[...] uma nova imagem do país – uma imagem que é definida pela violência.” (Idem, p.37). Isso porque, ainda conforme Rocha (2004, p. 32): “[...] nas últimas décadas, uma sensação crescente de desconforto e de insegurança se tornou parte do dia-a-dia nas grandes cidades brasileiras.” A efervescência social e política, popular e coletiva, independente de qual ponto de vista político tenha sido incitado, ocorrida com as Manifestações/2013, permite-nos visualizar – e até arriscar – que os acontecimentos recentes em território brasileiro tenham sido uma maneira de enfrentar de forma “violenta” a corrupção, a má gestão pública, os discursos falaciosos em torno da saúde e da educação, da própria segurança pública, a falta de ética política, os inconformismos com as políticas públicas voltadas ao campo esportivo e ao lazer, as críticas direcionadas à grande mídia brasileira etc. Passados nem dois anos, vimos acontecimentos que caracterizam o Brasil: a agitação social reivindicando os mais diversos pedidos, o governo respondendo com uma “agenda positiva”, mas, passada essa fase de ebulição, o jeitinho brasileiro toma conta, novamente, da política, e a população brasileira volta a exercer sua cordialidade – em outras palavras, conformismo e resistência mantêm-se como polos sempre comunicáveis em *terras brasilis*. E desta vez, graças ao esporte, pudemos constatar toda essa trama (caberia a pergunta: com o cenário que foi se configurando pós-megaevento esportivo, poderíamos questionar se determinados segmentos políticos e sociais se aproveitaram do evento em si para tornar suas pautas conhecidas e amplamente visíveis, como vem se chamando a “nova direita”?).

Na sequência do texto, então, o esporte é tratado em sua especificidade, na tentativa de ajudar a pensar o Brasil, capturando um “espírito de um tempo”, ao se articular o social, o político, o cultural com o campo esportivo, em particular, o futebol, um dos símbolos máximos de nossa cultura.

## **O ESPORTE, O FUTEBOL E O “ESPÍRITO DE UM TEMPO”: AJUDANDO A PENSAR O BRASIL**

*[...] foi através do futebol e de sua importância para a sociedade brasileira, que se tornaram mais explícitos esses conflitos de interesses. Esse é, talvez, o maior legado da Copa. O enfrentamento político com o Brasil diante do espelho.*

(CAMPOS, 2015, p. 38)

Com o cuidado de não ser reducionista, focamos, agora, no esporte, em especial, no futebol, como uma das maiores manifestações identitárias da cultura popular brasileira, para situá-lo dentro do panorama deste ensaio, ou seja, pensá-lo como um elemento que em função dos acontecimentos dentro deste período chamado de “década dos megaeventos esportivos” pode ser articulado com outras questões mais amplas e gerais, neste caso, sob o ponto de vista cultural, social e político, seja pela sua ambivalência, seja pela polaridade

entre conformismo e resistência. No primeiro caso, conforme Campos (2015, p. 33), há “[...] definições redutoras que desconsideram o futebol como um ingrediente da cultura das classes subalternas das sociedades contemporâneas e o compreendem como ingrediente de alienação social.” Em relação ao segundo caso, pensemos que há uma singularidade que o futebol ocupa aqui no Brasil, qual seja, seu “poder de contaminar positivamente outras esferas da vida.” (WISNIK, 2008, p.177), inclusive em relação a aspectos de resistência política e cultural. Certamente isso não é uma particularidade brasileira, pois, se tomarmos como exemplo o caso da Argentina, seu atual presidente, Maurício Macri, lançou-se publicamente como presidente do Boca Juniors, o clube mais popular daquele país.

Ainda sob esse ponto de vista de uma ambivalência entre posições que podem oscilar para uma visão positiva ou negativa em torno do futebol e seu significado no Brasil, Wisnik (2008, p. 182) comenta que:

[...] o futebol é visto ora como expressão otimista de uma singularidade cultural que se expressa em noções intraduzíveis como *ginga*, *malandragem*, *jeito de corpo*, *molecagem*, tidas como marcas originais da formação mestiça, ora é denunciado como uma via de escape que recobre o enfrentamento das realidades e dá chance à ideia mistificatória de uma ‘democracia racial’.

O futebol tem um poder muito forte de mobilização – coloca-se como um demarcador social forte – na cultura brasileira, independente de classe social. Atrelado a esse fenômeno, vemos, literalmente, a televisão com seu papel agendador (no sentido de pautar, agendar, publicizar), presente e onipresente no cotidiano brasileiro, não só transmitindo os espetáculos esportivos (futebolísticos, neste caso), mas também organizando e pautando essa mobilização.

Wisnik (2008), ao refletir sobre a cultura e sociedade, pensa o futebol como um elemento de expressão estética. Assim, trabalha com a ideia de eclipse quanto ao futebol brasileiro, tratando-o na sua ambivalência, com o binarismo, no que ele chama de “veneno remédio”, uma “gangorra imaginária” entre “a importância desmedida e a desimportância, entre o alcance máximo e a irrisória incapacidade, entre o maduro e o imaturo, entre o Brasil remédio universal e o Brasil veneno de si mesmo.” (WISNIK, 2008, p. 170-171) Entretanto, nesse binarismo entre “veneno” e “remédio” alerta para o cuidado que se deve ter com isso, para não cair numa oposição entre otimismo *versus* pessimismo (apesar que a compreensão de suas reflexões faz identificarmos que o pêndulo de suas análises recai para o elogio, para um certo otimismo).

Conforme Wisnik (2008, p. 182), o futebol – entendido na sua metáfora veneno remédio – é “uma droga inebriante e potencialmente letal que oscila com uma facilidade excessiva entre a plenitude e o vazio.” Ainda para Wisnik, “o futebol é o *fármaco* prodigioso, o veneno remédio que converte a violência, a desagregação social, o primarismo, o oportunismo vicioso e estéril, em arte e em perspectiva de afirmação do país.” (Idem, p. 243).

Nas associações possíveis de serem feitas, a partir do futebol como elemento cultural brasileiro e as narrativas que disputam terreno quanto à formação do Brasil, entre a

dialética da malandragem e a dialética da marginalidade já tratadas anteriormente, Wisnik (2008, p.243-44) nos ajuda a refletir sobre tais constatações: “[...] é preciso dizer então que o futebol brasileiro pentacampeão mundial elevou reconhecidamente à potência máxima a sua excelência técnica e artística, *ao mesmo tempo* em que as violências que ele sublimaria cresceram em potência.”

Sendo a sociedade brasileira complexa, diferente e única, os binarismos estão sempre presentes naquilo que temos como algo constituidor, isto é, ao mesmo tempo em que o futebol nos permite alçar nossa auto-crítica como um país de sucesso, com uma identidade própria quanto à temática futebolística (não só pelos títulos e performances, mas principalmente pela grande exportação de jogadores brasileiros principalmente para o mercado dos clubes europeus e sua grande exposição); no plano político temos a convicção de que vivemos desamparados de representantes preparados para as funções as quais ocupam; no plano social, constatamos que (sobre)vivemos em nossas cidades diante do caos da mobilidade, da insegurança, da violência, da economia instável, das ondas de desemprego etc. Trata-se, novamente, de uma ambivalência, da sempre presente imagem dupla do Brasil, como autores clássicos apontaram na constituição da sociedade brasileira (HOLANDA, 2014; CÂNDIDO, 1970; DAMATTA, 1997; ROCHA, 2004).

Quanto trazemos ao debate os acontecimentos recentes, como as Manifestações/2013 e as articulações que se pretendem neste ensaio, podemos afirmar que, evidentemente, houve um entrelaçamento<sup>5</sup> da agenda esportiva com a agenda política, conforme Campos (2015, p. 37):

A principal característica da Copa de 2014, que marcou definitivamente a história do futebol, foi a intensa politização. Futebol e política entraram em campo com uma disposição tática nunca vista. Não é novidade a utilização do sucesso de seleções por governos autoritários: 1934 e 1938 pelo regime fascista na Itália, 1970 pela ditadura militar brasileira, 1978 pelos militares argentinos. A particularidade desta copa foi a expressão da política em uma chave democrática.

Talvez não seja novidade nenhuma que a compreensão do esporte enquanto fenômeno social da contemporaneidade, a partir daquilo que Pires (1998) denominou de fenômeno de apropriação social do esporte, passa também pelos processos de ideologização do esporte, ou seja, quando o esporte passa a ser tratado como assunto de Estado, com o uso da mobilização popular ou outras formas para vincular eventos políticos aos eventos esportivos. Os processos de funcionalização do esporte, sociabilização, mercadorização e espetacularização fazem parte dessa mesma lista apresentada e discutida por Pires (1998).

---

5 Ao tecer tais argumentos, obviamente que não estamos considerando os últimos acontecimentos do tempo presente como se fossem a última nota da história, pois outros eventos esportivos associam-se a movimentações sociais e políticas em outros países, como por exemplo: (a) em 1998, na França, houve manifestação política em estádios franceses; (b) em 1978 houve mobilização em toda a Europa contra o Mundial na Argentina, devido à brutal ditadura imposta pelos militares argentinos; (c) no Uruguai, em 1981, durante o Mundialito, parte da torcida cantou no estádio uma canção de protesto contra a ditadura, logo depois do plebiscito de 1980, em que 57% dos uruguaios votou em “não” à manutenção da ditadura militar.

Se no senso comum brasileiro, assim como nas obras de autores clássicos da formação e constituição de nosso país fala-se muito que haja um conformismo por parte do brasileiro em geral, parece-nos, desta vez, diante daquilo que pode ser constatado com as Manifestações/2013, que houve alguma ruptura nesse sentido.

A partir dos aspectos culturais, sociais e políticos, Campos (2015, p. 34) comenta que:

Ressalvando-se que o Brasil não é o único país no qual o futebol é o principal esporte nacional e participa ativamente da construção de identidades, como a Argentina, a Inglaterra, a Itália e até mesmo a Espanha, pode-se dizer que essa foi uma Copa caracteristicamente brasileira. Uma Copa em uma sociedade em que o futebol tem o poder de evidenciar tensões e conflitos, de expressar as principais questões, de potencializar determinados problemas. Ou seja, dramatizar dilemas e contradições e produzir narrativas individuais e coletivas que se entrelaçam à nossa história. Uma Copa em um país do futebol.

Sob essa mesma perspectiva, Gorito (2014, p. 337) comenta sobre esse momento singular pelo qual passamos em torno da agitação social e política em tempos de megaeventos:

A Copa das Confederações de 2013, realizada no Brasil, nos levou a questionar o simbolismo da narrativa da “pátria de chuteiras” nos tempos atuais. Durante os quinze dias do evento, de 15 a 30 de junho, a população do país deixou o futebol de lado para acompanhar outro espetáculo: as manifestações pelo passe livre, que ocorreram simultaneamente em diversas cidades do Brasil. [...] As manifestações populares, que acabaram se desdobrando em tantas outras, foram vistas como um contra-ataque ao megaevento esportivo, que não apenas sofreu com a violência direta dos protestos, como instigou a discussão na sociedade sobre a real importância da realização dos megaeventos esportivos no Brasil (Copa do Mundo de Futebol 2014 e Olimpíadas de 2016) frente ao momento econômico e político enfrentado pelo país.

Apesar de considerar que há um certo exagero na exposição acima, principalmente na afirmação de que a população brasileira deixou o futebol de lado (o que não é verdade, pois, o que realmente visualizamos é que boa parte da população não se manifestou e a Copa das Confederações foi avaliada como exitosa em público e em audiência), podemos arriscar dizer que houve, a partir desses exemplos, uma ruptura com as ideias e afirmações do povo brasileiro como um povo cordial, ou conformista? Algumas opiniões indicam que sim, embora não se configurem como demonstração forte de um argumento.

Podemos constatar, ao longo da veiculação de notícias que tematizavam as obras nos estádios e seus entornos e nos aeroportos das cidades-sedes que receberiam os jogos, uma valorização do famigerado discurso do jeitinho brasileiro, a malandragem à brasileira de deixar as coisas para o “em cima da hora”, reforçando traços de nossa identidade nacional, conforme Damatta (1997) e Barbosa (1992) descrevem, ou mesmo como Holanda (2014) comenta em relação da formação do Brasil, que caberia perfeitamente aqui, transcorrido tantos anos e mantendo sua atualidade, isto é, as coisas, aqui, ocorrem do jeito que dá! Outra questão que certamente foi visualizada por aqueles que acompanharam

esses eventos foi de uma positivação da malevolência brasileira, o que teria conquistado os turistas que aqui estiveram.

Campos (2015, p. 37), ao abordar tais acontecimentos e associá-los a um âmbito de participação política, afirma que:

As demandas das ruas calçaram chuteiras ao estabelecerem como parâmetro os gastos com a organização da copa e o propalado padrão FIFA. Ao mesmo tempo, fortaleceu-se a percepção coletiva de que uma extensa lista de responsabilidades – atrasos nas obras de infraestrutura e mobilidade urbana, problemas na construção dos estádios e o desperdício da janela de oportunidades – deveria ser atribuída ao governo federal. Percepção bastante distorcida porque tais responsabilidades mereceriam ser repartidas com governantes estaduais e municipais de muitas siglas partidárias, inclusive do campo oposicionista.

Temos aí, novamente, um outro aspecto que poderíamos relacionar seu *modus operandi* àquilo que denominamos de malandragem à brasileira, ou jeitinho brasileiro, quando recuperamos os acontecimentos políticos diante dos apelos das ruas com as Manifestações de 2013. Enquanto o poder executivo nacional respeitava as manifestações populares (dizendo que tais acontecimentos configuravam-se como manifestações democráticas) e procurava responder indicando realizações/transformações no campo político, o poder legislativo, na figura do então presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, “esforçava-se” para atravancar toda a agenda positiva proposta pelo governo federal. Barbosa (1992) nos lembra que o jeitinho é sempre uma forma criativa, esperta, hábil de lidar com uma determinada situação, tendo resultados desejados no menor prazo de tempo possível, burlando regras ou normas preestabelecidas.

Gorito (2014) corrobora do entendimento de Campos (2015), considerando que, em síntese, houve sim, com as Manifestações/2013, uma “chamada de atenção” do povo para com o governo, bem como uma alteração na direção da agenda midiática para a agenda pública. Quanto ao primeiro caso, ela considera que:

A Copa das Confederações de 2013, realizada no Brasil na segunda quinzena do mês de junho, nos deu um sinal de alerta. O evento trouxe à tona a indignação e a revolta de parte da população com a política e a economia do país. O futebol, mais uma vez, serviu de pano de fundo para as discussões sociais emergentes. Os custos com a realização do evento, os altos preços cobrados pelos ingressos e a ação desmedida da polícia para promover a segurança pública foram alguns dos questionamentos.” (Idem, p.354).

Em relação ao segundo aspecto, Gorito (2014, p. 354) tem o entendimento de que: “A agenda do povo alterou a agenda midiática. Poucas vezes se viu ‘o país do futebol’ deixar as chuteiras de lado para lutar por questões fundamentais da coletividade e do bem-estar social, simbolizando um novo tempo em nossa nação.” Precisáramos ir mais a fundo para fazer tais afirmações, mas outros estudos podem apontar como, em seguida, a mídia foi se apropriando dos apelos populares das ruas e configurando esses eventos à sua maneira.

Refiro-me, especialmente, no ano seguinte, quando a seleção brasileira perde de forma vexatória de 7 x 1 para a seleção alemã e essa “derrubada” no campo esportivo gera toda uma repercussão na própria sociedade brasileira, um retorno do “complexo de vira-latas”, afetando diretamente o campo político e econômico do país. Poderíamos nos interrogar: a derrota para a seleção alemã fez “amarelar” a vida social e política da sociedade brasileira?

Seguindo esse panorama, Omena (2015a) faz importantes considerações em relação ao papel que o esporte passou a ocupar no cenário político brasileiro. Um dos melhores exemplos foi a criação do Ministério do Esporte, o que confirma essa importância política e social. Conforme seu argumento, “[...] a criação do Ministério das Cidades em 2003 e o início da realização das Conferências Nacionais das Cidades em 2004 vieram acompanhados do estabelecimento em definitivo do Ministério dos Esportes, que sistematizou e enfatizou a política de atração de megaeventos esportivos.” (OMENA, 2015a, p.139). Uma retificação<sup>6</sup> quanto a esta afirmação: já houvera antes, no governo de Fernando Henrique Cardoso, embora em caráter especial, um Ministério dos Esportes, chamado Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, naquele momento sendo dirigido pelo ex-jogador Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, de 1995 a 1998.

Visivelmente houve uma política de estado brasileira para com o esporte, o que se traduz, também, em estratégias políticas para mostrar/publicizar, tanto aos cidadãos brasileiros, como ao restante do mundo, uma “aura” de Estado Moderno e competente ao Brasil: podemos dizer que houve uma “vitória da eficiência” (ao menos no campo político de trazer para o Brasil os megaeventos esportivos nesta última década).

Paradoxalmente, o próprio contexto dos megaeventos intensificou a organização popular para as manifestações que, conforme Omena (2015a) já ocorriam anteriormente, principalmente pela ação de dois grupos da sociedade civil, que no seu conjunto, ajudaram a formar uma aglutinação crítica anterior ao evento (neste caso, a Copa do Mundo/2014): o MPL – Movimento Passe Livre (que reivindicava melhorias no transporte público de algumas cidades brasileiras) e o CMI – Centro de Mídia Independente (organização que fiscaliza e critica a grande mídia brasileira). Para Omena (2015a):

As rotineiras manifestações do MPL contra o aumento das tarifas de ônibus encontrariam um contexto particularmente inflamado pelos processos atrelados aos megaeventos esportivos, pela intensificação da descrença de diversos movimentos com os processos de participação institucional e pela consequente necessidade de respostas mais efetivas por parte da sociedade civil organizada. (p. 157)

[...] as passeatas contra o aumento das passagens organizadas pelo MPL foram reconhecidamente o estopim dos protestos durante a Copa das Confederações, enquanto os ideais de mídia independente historicamente defendidos pelo CMI foram aperfeiçoados por uma nova geração de autonomistas e anarquistas que tiveram participação importante nas jornadas de junho, sobretudo através da expansão do repertório de ação dos movimentos sociais. (p.159)

6 Informações disponíveis no Portal do Ministério do Esporte: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/historico>>. Acesso: 19 julho 2016.

Ainda sobre essa tentativa de compreender esse momento singular ocorrido no Brasil recentemente, em que política e esporte se cruzaram em função da realização dos megaeventos esportivos, Omena (2015b) procura fazer uma retrospectiva histórica em relação aos aspectos socioeconômicos e políticos que podem ter influenciado essa soma de acontecimentos. Esse mesmo autor assim problematiza sua intenção:

O cotidiano cidadão precisaria ter sido abalado de tal forma a impulsionar para a ação política aquela maioria de atores até então alheia a ela. Então, não seria errado se perguntar o que mudou no país ao longo dos últimos anos para que em apenas alguns dias de protestos, centenas de milhares de pessoas saíssem às ruas de mais de 350 cidades a fim de expressar suas insatisfações. Em outras palavras, quais processos socioeconômicos estavam em curso para causar tamanha onda de dissenso e convulsão na sociedade civil não organizada? (OMENA, 2015b, p.203)

Em suas análises, houve um contexto relacionado aos problemas de mobilidade urbana anteriores à Copa das Confederações: isso se manifestou no inchaço das vias públicas (em função das políticas voltadas para a venda de automóveis, “oportunizando” que cada cidadão brasileiro pudesse adquirir seu próprio veículo) em associação com políticas de habitação (que, inicialmente, favoreceram a compra da casa popular, mas que ao passar dos anos foram sendo dificultadas, com aumento do valor agregado nos valores finais dos imóveis, fruto de uma especulação imobiliária desmedida). Ainda neste bojo, o autor considera importante a questão ao acesso cada vez maior à internet por grande parte da população, o que possivelmente pode permitir um acesso a outras formas de informação para além da grande mídia tradicional (com seus interesses de classe).

Finalizando sobre tais questões, Omena (2015b) considera que houve uma inadequação dos gastos públicos, e isso gerou, obviamente, um descontentamento para a sociedade civil, “[...] frente às precariedades percebidas em outros setores que emergiu com mais força no contexto pré-Copa das Confederações, convergindo com a insatisfação causada pelas perdas na qualidade de vida urbana que já vinham se consolidando” (Idem, p. 212).

Seu argumento é de que houve uma conjuntura histórica que permitiu que as manifestações acontecessem, não pelos propalados “20 centavos” (do aumento do transporte público na capital paulista), mas pelos 20 anos de contradições entre o estado brasileiro, governo e sociedade civil:

Portanto, o incomum desmanche do consenso em torno dos megaeventos esportivos e a maior influência de pressões extrainstitucionais nos processos de governança urbana não se deram por causa dos 20 centavos, mas devido aos mais de 20 anos de contradições não resolvidas na sociedade e Estado brasileiros simbolizadas pelo aumento das tarifas de ônibus. (Idem, p.216-217).

Também não podemos deixar de mencionar – mas isso o tempo transcorrido nos auxilia, pois nos afastamos um pouco, temporalmente, daquele momento – que visivelmente, em nem dois anos depois, houve uma inversão das pautas das ruas, isto é, se havia

inicialmente, em 2013 e em 2014 pautas variadas sendo solicitadas nas ruas brasileiras, principalmente quanto à educação, saúde e segurança no “padrão FIFA”, a partir de 2015 vemos outros grupos sociais levantarem a bandeira “anti-corrupção” e “anti-governo”, grupos estes, em sua predominância de classe média, travando, então, uma luta ideológica nas suas manifestações (e o esporte e o futebol não faziam mais parte das questões reivindicatórias), segundo especialistas políticos, argumentando que o que se via era um não reconhecimento da derrota na eleição presidencial de 2014. Novamente podemos ver aí essa mistura de um passado com nosso presente sendo determinado por pequenos grupos, a elite brasileira, diante da hierarquização social que tanto nos identifica, seja pela dialética da malandragem (com o olhar de cima para baixo), seja pela dialética da marginalidade (com o olhar de baixo para cima).

Assim, nesses “enigmas sociais”, vimos possibilidades que transcendem o próprio campo esportivo, seus aspectos técnicos e estéticos. Conforme as palavras de Wisnik (2008), há uma “futebolização do mundo”, em que o futebol se coloca como uma “linguagem” própria e, inclusive, universal, tendo como característica maior a ideia de futebol como mercadoria, sua onipresença, a invasão do marketing, a sua imprevisibilidade e imponderabilidade, a figura de alguns ícones como ídolos esportivos etc, não restando dúvidas de que o esporte se enquadra numa poderosa estrutura mundial de entretenimento, em que a televisão ampliou o fenômeno futebolístico (e esportivo em geral). Ao mesmo tempo, não se pode negar seu “poder” de mobilização para além de mera passividade ou conformismo a partir das intencionalidades de grandes grupos, como FIFA, COI e empresas midiáticas e publicitárias.

Entretanto, a partir dos relatos e exemplos presentes neste exercício ensaístico, é possível constatar ambivalências quanto focamos nosso olhar ao esporte como constituinte da nossa formação como sociedade, nação e estado. Elementos presentes nele, desde aqueles relacionados a seus aspectos técnicos, estéticos, econômicos, políticos, sociais e culturais, no seu conjunto, explicitam características e configurações identitárias que, no bojo de um contexto histórico específico, podem trazer à tona questões amplas e complexas de uma sociedade que se questiona, que se contradiz, que procura melhorar (muitas vezes retrocedendo) e se inserir no conjunto daquelas nações tidas como “desenvolvidas” e “civilizadas” (embora as instituições brasileiras insistam em historicamente demonstrar fragilidades democráticas em benefício de uma minoria que detém o poder político, econômico e simbólico do país).

Concordando com DaMatta (1994), ao discorrer sobre uma antropologia do óbvio e analisando o significado social do futebol brasileiro, identificamos, nos exemplos trazidos, uma notável multidimensionalidade do futebol, ao mesmo tempo em que é possível visualizar, com os fatos ocorridos recentemente no Brasil, que o esporte realmente se apresenta como exemplo candente do “espírito da modernidade” (Idem, p. 146).

Embora haja uma indústria do entretenimento que produz e pretende determinar uma forma de recepção e consumo do espetáculo esportivo e o que vem junto com esses “produtos modernos”, como no caso dos megaeventos esportivos, o que se viu e, agora, afastados, podemos constatar, é que o próprio “produto”, com suas nuances, embora num

contexto social, histórico e cultural, permitiu movimentos de resistência política que ganharam enormes proporções gerando focos de ruptura à ideia geral de que o cidadão brasileiro seja conformista com as tentativas de formação de opinião hegemônicas e descaracterizadas de cunho político-social. Não se trata, aqui, de caracterizar o ocorrido como algo positivo ou negativo, e sim de marcar os acontecimentos no seu caráter histórico que mobilizaram um país a discutir e a repensar seus valores enquanto sociedade que se constrói em seus avanços e recuos. Traços de seu passado, de sua formação, de sua constituição se fizeram presentes aí, mesmo quando os cidadãos foram às ruas protestar no intuito de fazer da rua um local de festa – nossas ações, neste sentido, mostram sempre uma ambivalência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à complexidade e multiplicidade das questões aqui tratadas, em síntese, procurando pensar o lugar na cultura que o esporte ocupa no Brasil, em especial o futebol, pensando em sua ressonância social, nas relações entre sociedade, cultura e esporte, o ensaio procurou situar um momento histórico recente propício a algumas análises. Estas, por sinal, não podem ser entendidas de forma reducionistas ou generalistas.

Tivemos acontecimentos – e seguiremos, ainda em 2016, com a realização dos Jogos Olímpicos, embora este megaevento esportivo se concentre numa única cidade, Rio de Janeiro, e não no país como um todo, como foram os jogos da Copa do Mundo de Futebol/2014 (com a ressalva que as competições do futebol olímpico ocorrem em diferentes sedes) – que nos mobilizaram, seja como amantes e espectadores do esporte, seja como cidadãos que visualizaram formas políticas de ação de um Estado que coloca em jogo maneiras estranhas de seu “fazer político”, priorizando determinadas questões (eleitoreiras) em detrimento de outras (públicas, coletivas), os quais explicitaram ao mundo e a nós mesmos, brasileiros, maneiras de ser propícias de nossa formação histórica e identitária, formas de agir às quais criticamos no outro e que, no fundo, nos são próprias, do cotidiano. Maneiras de reagir que podem ser caracterizadas como conformistas, não-politizadas, e por outro lado, níveis de conscientização, embora minoritárias, que eclodiram em posições de resistência, tanto política, como em relação a instituições como FIFA/CBF e também a grandes empresas midiáticas (como a Rede Globo), que fazem a engrenagem do “jogo da indústria do entretenimento”.

Sobre a possível relação entre cultura, política e esporte, na constituição de uma sociedade, e finalizando as reflexões deste ensaio, Gorito (2014, p. 339) nos ajuda a seguir pensando, em relação ao contexto brasileiro e os fatos ocorridos, acreditando que essa turbulência toda pode auxiliar a sociedade brasileira a se compreender em seu ethos cultural.

O Brasil, como um todo, demonstrou que sua “brasilidade” se reconfigura: não somos o país apenas do futebol, do carnaval, da mulata, do samba, da capoeira. Somos um país que se faz nas suas contradições, na sua grandiosidade territorial/espacial, que gera uma complexidade humana, política e cultural que pode, a qualquer momento, eclodir fatos que ninguém se arriscaria no exercício da futurologia. Entretanto, seu passado e seu

presente sempre dão “dicas” de que estamos em processo de autorreflexão, e que precisamos ser mais e melhores do que já chegamos enquanto nação/estado/país. Na esteira dos acontecimentos, pouco tempo depois, vamos constatando o quanto precisamos amadurecer política e democraticamente, principalmente assegurando que o Brasil seja um legítimo estado democrático de direito, o que não é diferente do que se exige quanto ao campo esportivo brasileiro, e sua possível desestabilização e enfraquecimento pós-grandes eventos esportivos no país.

Desvelar a perversidade que há naquilo que atribuímos a nós mesmos como cordiais e nas estruturas do nosso jeitinho brasileiro é uma tarefa que precisamos encarar com muita responsabilidade, porque com os acontecimentos recentes, política e esporte colocam-se como dois bons exemplos para pensar sobre quem somos nós, os brasileiros, neste começo de século XXI, embora ainda bastante amarrados a um passado que diz muito de nosso presente.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, L. **O jeitinho brasileiro** – a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BERTOLLI FILHO, C.; TALAMONI, A.C.B. O “sacana coça saco tropical” e o homo brasilis. In: MARQUES, J.C. (org.). **A Copa das Copas?** Reflexões sobre o Mundial de Futebol de 2014 no Brasil. São Paulo: Edições Ludens, 2015, p. 311-333.
- BOURDIEU, P. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 33-38.
- CAMPOS, A.G. A Copa do Mundo como megaevento esportivo: afinal do que estamos falando? uma abordagem comunicacional sobre a maior festa do futebol. In: ROCCO JÚNIOR, A.J. (org.) **Comunicação e esporte: Copa do Mundo 2014**. São Paulo: Intercom, 2014, p. 311-334.
- CAMPOS, F. A Copa da política em um país do futebol. In: MARQUES, J.C. (org.). **A Copa das Copas?** Reflexões sobre o Mundial de Futebol de 2014 no Brasil. São Paulo: Edições Ludens, 2015, p. 31-38.
- CÂNDIDO, A. Dialética da Malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). In: **Revista do Instituto de estudos brasileiros**, n.8, 1970, p. 67-89.
- CHAUÍ, M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Conformismo e resistência**. Organizado por Homero Santiago. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 15-147.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- \_\_\_\_\_. Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n.22, 1994, p. 10-17.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2006.

- GORITO, A. de V. Copa pra quem? O que dizem os contrários à realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. In: ROCCO JÚNIOR, A.J. (org.) **Comunicação e esporte: Copa do Mundo 2014**. São Paulo: Intercom, 2014, p. 335-358.
- HOLANDA, S.B. de. **Raízes do Brasil**. 27ª. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. \_\_\_\_\_ . **Visão do paraíso**. 5ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HOLLANDA, B.B. de. Futebol, ciência e cultura. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 2, junho/2014. Disponível em: < [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252014000200011&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000200011&lng=en&nrm=iso) > . Acesso em: 31 maio 2015.
- MASCARENHAS, G. Prefácio. In: SANTOS JUNIOR, O.A. dos; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L.C. de Q. (orgs). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015, p. 7-11.
- OMENA, E. A “copa das Manifestações” e os processos de governança urbana no Brasil. In: SANTOS JUNIOR, O.A. dos; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L.C. de Q. (orgs). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015a, p. 131-164.
- \_\_\_\_\_. Não foi só por 20 centavos: a “Copa das Manifestações” e as transformações socioeconômicas recentes nas metrópoles brasileiras. In: SANTOS JUNIOR, O.A. dos; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L.C. de Q. (orgs). **Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015b, p. 203-218.
- PIRES, G. De L. Breve introdução ao estudo dos processos de apropriação social do fenômeno esporte. **Revista da Educação Física UEM**, Maringá, v. 9, n. 1, 1998. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/3824> > . Acesso: 25 agosto 2015.
- RIBEIRO, L.C. Por uma análise social e política dos megaeventos esportivos no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 66, n. 2, junho/2014. Disponível em: < [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252014000200012&lng=pt&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000200012&lng=pt&nrm=iso) > . Acesso em: 31 maio 2015.
- ROCHA, J.C. de C. A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou ‘A dialética da marginalidade’. **Revista Letras (UFSM)**, v. 28-29, Jan./dez., 2004, p. 153-184.
- WISNIK, J.M. **Veneno remédio: o futebol e o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Recebido em: julho/2016

Aprovado em: novembro/2016